

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº 43/2014**

Período: 22/11/2014 – 28/11/2014

GEDES – Brasil

- 1- Comissão Nacional da Verdade apontou que Brasil desrespeita tratados internacionais de direitos humanos
- 2- Advogada pediu reabertura da investigação sobre a morte de José Jobim
- 3- Ministério Público Federal encontrou documentos que comprovam a operação Condor
- 4- Ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso prestou depoimento à Comissão Nacional da Verdade

1- Comissão Nacional da Verdade apontou que Brasil desrespeita tratados internacionais de direitos humanos

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, um levantamento realizado pela Comissão Nacional da Verdade (CNV) apontou que o Brasil nem sempre respeita os tratados internacionais relacionados aos direitos humanos dos quais é signatário. *O Estado* afirmou que o relatório final da CNV sugerirá que o governo se alinhe com as convenções internacionais das quais faz parte e apontou três exemplos citados pelo coordenador da CNV, o advogado Pedro Dallari, que exemplificam casos em que o país tem atuado de tal forma. O primeiro trata-se do desrespeito perante a Convenção Interamericana de Direitos Humanos no que se refere à apresentação de presos ao poder judiciário. Segundo a Convenção, o preso deve ser levado o mais brevemente possível até a autoridade judiciária, evitando assim casos de desaparecimentos, como os que ocorreram durante o regime militar (1964-1985). Segundo Dallari, a comissão irá propor que o “assunto seja objeto de atenção do Legislativo”. O segundo exemplo é a ausência da tipificação do crime de desaparecimento forçado na legislação penal brasileira, embora esse conceito esteja presente em três convenções internacionais das quais o país é signatário. O terceiro refere-se à Lei da Anistia (1979), que garantiu que agentes da repressão do regime militar que praticaram assassinatos e torturas fossem anistiados, apesar de o país ser membro de tratados internacionais que afirmam que esses crimes não são passíveis de anistia e são imprescritíveis. (*O Estado de S. Paulo – Política – 22/11/14*)

2- Advogada pediu reabertura da investigação sobre a morte de José Jobim

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, a advogada Lygia Maria Jobim, conjuntamente com o Instituto João Goulart, entregou no dia 24/11/14 à Procuradoria da República um pedido de abertura de inquérito civil, com o objetivo de averiguar as circunstâncias da morte do ex-embaixador José Jobim, seu pai, no período do regime militar (1964-1985). José Jobim foi encontrado morto, preso a uma corda, na cidade do Rio de Janeiro, em 1979. O inquérito policial divulgado na época afirmou que houve suicídio. Em revisão, em 1983, a promotora Telma Musse manteve o veredicto, que foi alterado para homicídio por autor desconhecido em 1985, levando ao arquivamento do processo. Lygia Jobim afirmou que o ex-embaixador havia anunciado que denunciaria casos de corrupção na construção da usina de Itaipu, no Paraná, uma semana antes de

sua morte, e que Jobim estava envolvido na compra das turbinas de Itaipu durante o mandato do presidente João Goulart (1961-1964). Segundo a *Folha de S. Paulo*, durante a posse do ex-presidente João Figueiredo, Jobim comentara que escreveria um livro a partir de documentos que ele reuniu sobre a corrupção na construção da usina. Ainda de acordo com *Folha*, com o início do regime militar, em 1964, o projeto de Itaipu foi alterado, e as turbinas que nos planos de Goulart viriam da União Soviética, foram compradas de uma empresa da Alemanha, o que fez com que os custos da obra se multiplicassem. A advogada afirmou que não deseja ser indenizada pela morte de seu pai, mas busca “reconhecimento de responsabilidade”. (O Estado de S. Paulo – Política – 25/11/14; *Folha de S. Paulo* – Política – 26/11/14)

3- Ministério Público Federal encontrou documentos que comprovam a operação Condor

Segundo os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o Ministério Público Federal recuperou documentos que comprovam a ocorrência da operação Condor, na qual criou-se um canal de cooperação entre os regimes militares de países da América do Sul na década de 1970. Os documentos foram encontrados na casa do coronel reformado do Exército Paulo Malhões, falecido em abril, e foram produzidos, de acordo com a *Folha*, entre 1978 e 1979, pelo Centro de Informações do Exército (CIE). De acordo com os jornais, dentre os documentos encontrados havia relatórios sobre a Operação Gringo, que tinha como objetivo acompanhar os movimentos de esquerdistas argentinos no Brasil, descritos como integrantes de "organização subversiva e terrorista". (*Folha de S. Paulo* – Poder – 25/11/14; *O Estado de S. Paulo* – Política – 25/11/14)

4- Ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso prestou depoimento à Comissão Nacional da Verdade

Segundo os periódicos *Correio Braziliense* e *Folha de S. Paulo*, no dia 26/11/14, o ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso prestou depoimento à Comissão Nacional da Verdade (CNV), quando relatou sua experiência de quatro anos no exílio, passando por Argentina, Chile e França, na época do regime militar brasileiro (1964-1985). Cardoso chegou a ser levado ao Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) para prestar esclarecimentos, sendo encapuzado. O ex-presidente lembrou que ouviu pelo rádio que havia sido cassado e compulsoriamente aposentado, juntamente com outros professores da Universidade de São Paulo (USP), em decorrência do Ato Institucional no. 5 (AI-5), no contexto do acirramento da repressão do regime militar. Ademais, Cardoso afirmou ter denunciado a Golbery do Couto e Silva, ministro do presidente militar Ernesto Geisel (1974-1979), que intelectuais estavam sendo torturados na prisão: "Eu não fui torturado, mas vi gente torturada, disse para ele", afirmou. Quando questionou o comandante do II Exército a respeito dos relatos de tortura, Cardoso teve como resposta que as vítimas eram "maus brasileiros". O ex-presidente finalizou seu depoimento afirmando que, na época do regime, ser democrata era um “ato de coragem”. (*Correio Braziliense* – Política – 28/11/14; *Folha de S. Paulo* – Poder – 28/11/14)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Bruce Scheidl Campos (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista PIBITI); Cristal de Moraes Siqueira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); David Succi Júnior (Redator, graduando em Relações Internacionais); Giulia Botossi Gomes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Grazielle Gouveia (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, mestranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Marina Moreno Gomes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Victor Brando Coelho (Redator, graduando em Relações Internacionais)